

Pontos principais do relatório do Grupo de Trabalho sobre a Subsidiariedade, apresentado à Convenção Europeia a 3 e 4 de Outubro de 2002, em sessão plenária.

Presidente do Grupo de Trabalho : I. Méndez de Vigo

PARA UMA MELHOR APLICAÇÃO DA SUBSIDIARIEDADE

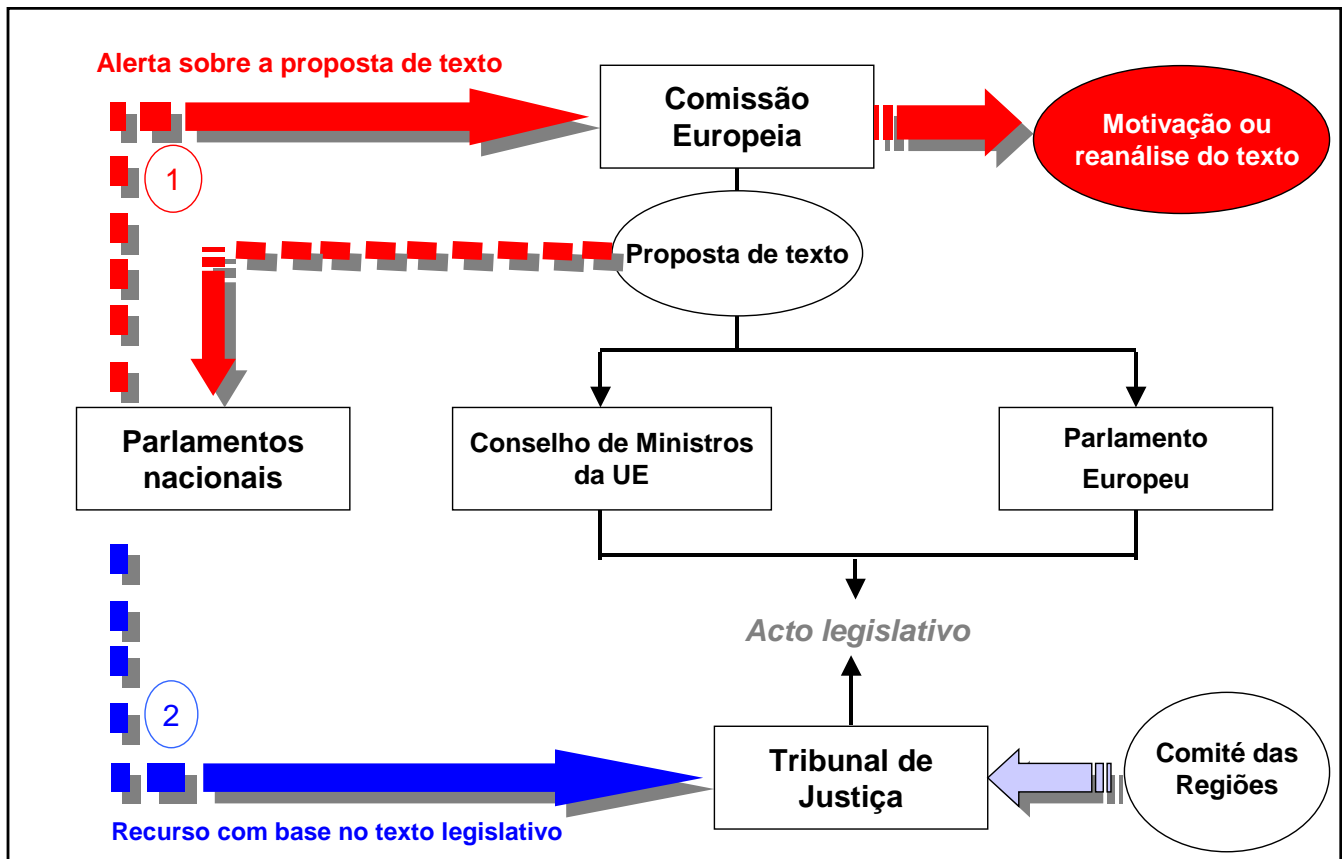
Com o Tratado de Maastricht, foi introduzido o princípio da subsidiariedade, destinado a garantir que, nos domínios em que a competência é partilhada entre os Estados-Membros e a União Europeia (exemplo: ambiente), a acção seja tomada ao nível mais adequado: só se prevêem acções a nível da União Europeia se esta estiver realmente em condições de actuar de modo mais eficaz do que os Estados-Membros a nível individual.

A aplicação deste princípio melhorou a legislação europeia. Mas, hoje em dia, esta está apenas sujeita ao controlo jurisdicional do Tribunal de Justiça, que intervém **após** adopção dos actos legislativos.

O Grupo de Trabalho sobre a Subsidiariedade gostaria que, de futuro, as instituições europeias assegurassem uma aplicação mais rigorosa do princípio da subsidiariedade durante o processo legislativo e que os parlamentos nacionais pudessem intervir rápida e eficazmente quando consideram que este princípio não é observado por determinada proposta de texto legislativo europeu.

Para que, de futuro, a aplicação e o controlo deste princípio se tornem mais operacionais, o Grupo de Trabalho propõe o seguinte:

- **a obrigação de a Comissão** fazer acompanhar as suas propostas de uma "ficha de subsidiariedade" que permita ao legislador (Conselho de Ministros da União Europeia e Parlamento Europeu) avaliar melhor, caso a caso, este princípio;
- a criação de um **mecanismo de alerta rápido** que permita aos parlamentos nacionais exprimirem-se no início do processo quanto à conformidade ou não conformidade das propostas legislativas da Comissão Europeia com o princípio da subsidiariedade **(1)**;
- a atribuição aos parlamentos nacionais que tiverem accionado o mecanismo de alerta rápido do direito de **recorrerem ao Tribunal de Justiça**, após a adopção dos actos legislativos, por violação do princípio da subsidiariedade **(2)**;
- **o Comité das Regiões** poderá recorrer ao Tribunal de Justiça relativamente aos textos em domínios a propósito dos quais é consultado, no âmbito das suas atribuições normais.



Esta solução:

- não torna o processo legislativo mais pesado nem cria uma nova instância ou um novo órgão;
- dá a possibilidade aos parlamentos nacionais, pela primeira vez na história da União Europeia, de intervirem directamente;
- respeita o processo legislativo comunitário;
- através do Parlamento Europeu e dos parlamentos nacionais, implica também, desde uma fase inicial, as opiniões públicas nacionais no debate sobre as propostas legislativas europeias.